



AMARN Informa

Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte

NATAL | RN | NOVEMBRO/DEZEMBRO/JANEIRO DE 2010 | Nº41



Dr. Artur Bonifácio

Confira entrevista com os candidatos à presidência da associação

Eleição ocorrerá no próximo dia 15 para a escolha da nova diretoria. Haverá local de votação nas cidades de Mossoró e Caicó. Em Natal as urnas estarão disponíveis no auditório do Fórum Seabra Fagundes e no Tribunal de Justiça, a votação terá início às 8 h e se encerrará às 17 h.



Página 3 Dr. Azevedo Hamilton

INTERNET

Notícias e interatividade são os conceitos do novo site da AMARN

Atualizado diariamente, o novo site da associação é mais um canal de comunicação para o associado, que poderá participar diretamente através da enquete e do fórum de discussão.

Página 7



Equipe de neurocirurgiões do Hospital da Unimed

Hospital da Unimed conta com plantão de neurocirurgiões 24 horas

Único no estado serviço dispõe de uma equipe de neurocirurgiões 24 horas por dia, sete dias por semana, prestando serviço de qualidade idêntica à oferecida nos grandes centros.

Página 7

Juiz Pedro Caldas escreve sobre a reforma no processo penal

Página 6

Esta edição de nosso Amarn informa tem sabor de despedida. Ela representa o último número de nosso informativo editado pela gestão Independência, Ética e Participação, eleita democraticamente em 2008.

A gestão que se encerra contabiliza em sua bagagem dois anos de muito trabalho e intensa atividade à frente da AMARN. Além das promoções sociais que foram mantidas e ampliadas, a exemplo do dia das crianças, que foi incorporado ao calendário de festas da associação, e o Encontro Estadual de Magistrados Aposentados e Pensionistas, a grande marca de nosso trabalho tem sido a defesa constante e serena das prerrogativas institucionais dos magistrados. Nossa gestão se orgulha das muitas conquistas que não devem ser esquecidas: fim do telepono; quinta parte de antiguidade nas promoções e remoções, inclusive por merecimento e para os juizes substitutos; critérios meritórios objetivos nas promoções por merecimento, com pontuação prévia para conhecimento dos concorrentes; regulamentação da substituição dos desembarcadores; 10% nas substituições e pagamento da diferença de entrância; recebimento dos ATs atrasados de janeiro a maio de 2006; Parcela Autônoma de Equivalência (PAE); presença da associação nas sessões administrativas de interesse da magistratura; criação do Boletim Semanal Eletrônico e reedição da Revista Ritos; melhoria das instalações físicas e dos serviços prestados na sede de Macaíba; realização do primeiro Encontro de Prestação de Contas da Magistratura Potiguar; venda da sede de Areia Preta; aquisição de dois flats em Mossoró e aquisição da nova sede administrativa da associação em Natal, cuja inauguração está prevista para o próximo dia 22 de março.

Mas agora é hora de eleição na AMARN, com o pleito previsto para o dia 15 de março vindouro. A propósito, esta edição do Amarn informa apresenta como destaque uma entrevista com os dois candidatos à presidência da associação, os colegas juizes Artur Cortez Bonifácio e Azevedo Hamilton Cartaxo, encabeçando, respectivamente, as chapas Magistratura Integrada e Magistratura Independente e Democrática. Neste informativo você terá a oportunidade de conhecer melhor os dois candidatos, saber o que pensam a respeito da magistratura e do Poder Judiciário e quais as propostas que pretendem concretizar.

Neste informativo, você também encontrará um artigo jurídico subscrito pelo colega Pedro Caldas, juiz titular da 4ª Vara Criminal de Mossoró; bem como um artigo de iniciativa da UNIMED, nossa parceira no Amarn Informa, a quem rendemos agradecimentos nesta ocasião; além de outras atrações, tais como as recentes aquisições patrimoniais da AMARN e uma matéria sobre o sítio da associação na internet, que foi remodelado em nossa gestão e está cheio de novidades, inclusive com a seguinte enquete: "Você concorda com o novo horário de funcionamento do Judiciário potiguar?" Confira e dê a sua opinião.

Ao concluir esta etapa do trabalho, somente nos resta agradecer aos colegas pelo apoio dispensado durante a gestão que se encerra. Nada teria sido possível sem a confiança e o incentivo recebido. Nós que fazemos à diretoria da AMARN estamos felizes pela oportunidade de servir à magistratura de nosso Estado ao longo desses últimos dois anos.

Boa leitura a todos! Diretoria da AMARN Gestão Independência, Ética e Participação.

AMB participa de reunião com o presidente do CNJ

Magistrados reivindicam maior participação nas ações do Conselho

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) Mozart Valadares se encontrou em Brasília no último dia 26 de janeiro com representantes das associações de magistrados de todo o país para discutirem propostas de trabalho a serem encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça. Na ocasião foram discutidas questões como a autonomia do magistrado e a participação das associações nas resoluções e atos do Conselho, evitando desavenças desnecessárias entre o Conselho e o Judiciário, tornando o processo de elaboração das normas do Conselho mais democrático, dentre outras questões levantadas pelas associações locais. Dessa reunião foi elaborada uma carta com as reivindicações da magistratura a ser encaminhada ao CNJ, a qual você confere na íntegra nesta edição.

Na manhã do dia 27 de janeiro o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, recebeu em seu gabinete a comissão de juizes formada pelo presidente da AMB e de representantes das associações de magistrados filiadas à entidade nacional, dentre eles o presidente da AMARN juiz Mádson Ottoni.

Na carta entregue ao ministro Gilmar Mendes, os juizes reivindicam uma maior participação da categoria dos magis-



trados nos trabalhos e decisões do Conselho, contribuindo de forma positiva para a instituição na elaboração de ações

normativas que contribuam com o judiciário, priorizando uma justiça ética, transparente, eficiente e democrática.

EXPEDIENTE



Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte

Rua Dr. Lauro Pinto, 315, 8º andar. Fórum Des. - Miguel Seabra Fagundes, Lagoa Nova, Natal-RN - Cep: 59.064-250
Fone/Fax: (0**84) 3206-0942
3206-9132 / 9904-7000 / 9904-6000
CGC: 08.533.481/0001-02

CONSELHO EXECUTIVO:

Presidente:

Mádson Ottoni de Almeida Rodrigues

Vice-Presidente Institucional:

Marcelo Pinto Varela

Vice-Presidente Administrativo:

Sulamita Bezerra P. de Carvalho

Vice-Presidente Financeiro:

Azevedo Hamilton Cartaxo

Vice-Presidente de Comunicação:

Cleofas Coelho de Araújo Júnior

Vice-Presidente Cultural:

André Melo Gomes Pereira

Vice-Presidente Social:

Airton Pinheiro

Vice-Presidente dos Esportes:

Marcus Vinicius Pereira Júnior

Vice-Presidente dos Aposentados:

Carlos Roberto Coelho Maia

Coordenadoria da Região Oeste:

Breno Valério Fausto de Medeiros

Coordenadoria da Região Seridó:

Maria Nivalda Neco Torquato

CONSELHO FISCAL:

Ada Maria da Cunha Galvão

Cleudson de Araújo Vale

Denize Léa Sacramento Aquino

Fábio Antônio Correia Filgueira

Fábio Wellington Ataíde Alves

Flávio Ricardo Pires de Amorim

Francisco de A. Brasil Q. e Silva

Gustavo Henrique Silveira Silva

Luiz Alberto Dantas Filho

Responsável:

Flaviana Lopes

Diagramação/Projeto Gráfico:

Fábio Ewerton DRT 1389

Fotos:

Elpidio Júnior

AMARN aumenta seu patrimônio com novos investimentos em 2010

Associação adquiriu salas para a sede administrativa, flat's em Mossoró e novo carro

Nos últimos dois anos a AMARN promoveu mudança no seu ativo patrimonial realizando investimentos que aumentaram seus bens dando maior certeza de que uma administração séria e competente é capaz de gerar uma entidade promissora e rentável. Dessas modificações patrimoniais destacam-se a venda da antiga sede social da associação, localizada na praia de Areia Preta em Natal, que estava praticamente desativada, gerando apenas despesas para a associação.

Dessa negociação a AMARN realizou a compra da nova sede administrativa junto ao Grupo Empresarial Capuche, com a aquisição de três salas no Centro Empresarial Miguel Seabra Fagundes. A nova sede administrativa vem suprir antiga necessidade da instituição em ter um espaço próprio já que vinha funcionando em espaço cedido pelo Tribunal do Estado. Além de localização privilegiada, próximo ao Fórum de Natal, a nova sede da AMARN contará com um espaço de aproximadamente 120 m², duas vagas de garagem, segurança e área para auditório.

A Associação adquiriu ainda um



Edifício Seabra Fagundes local da nova sede da AMARN

automóvel Ford Ranger, cabine dupla, ano 2010, à diesel, pelo valor de R\$ 85.000,00, em substituição ao antigo carro da instituição, um Fiat Strada, o qual já não atendia às necessidades de transporte de pessoas e objetos da

entidade. O novo carro tem capacidade para transportar até cinco passageiros e compartimento de carga para grande quantidade de objetos.

Foi realizada também a aquisição de duas unidades habitacionais estilo

flat, na cidade de Mossoró, visando atender aos associados que necessitam de hospedagem temporária nessa cidade, uma vez que a casa existente não atendia mais aos padrões de conforto e segurança necessários, e ainda onerava as despesas mensais da associação com um serviço pouco utilizado. Após deliberação em Assembléia no último mês de dezembro, o presidente da associação consolidou a compra das unidades em reunião na cidade de Mossoró.

O empreendimento West Flat está em fase inicial, devendo ser entregue em meados de 2013. Os imóveis adquiridos possuem sala para dois ambientes, cozinha, quarto e banheiro, em um total de 42m², bem como dispõe de uma ampla estrutura de lazer e negócios na área comum do condomínio.

Assim, além dessa movimentação financeira realizada pela atual gestão, encontra-se disponível ainda um patrimônio de R\$ 1.197.827,26*, dado referente a prestação de contas de janeiro de 2010 depositados em instituição bancária para futuros investimentos que vierem a ser decididos em Assembléia Geral.

Eleições da AMARN serão no próximo dia 15 de março

A AMARN consolidando seu processo democrático realiza eleições no próximo dia 15 de março para a escolha da nova diretoria que administrará a associação no biênio 2010-2012. Concorrem ao pleito a chapa "Magistratura independente e democrática", que tem como candidato a presidente o juiz Azevedo Hamilton Cartaxo e a chapa "Magistratura integrada", com o

juiz Artur Cortez Bonifácio candidato a presidência. (Veja nesta edição entrevista com os candidatos)

A comissão eleitoral presidida pela juíza Ada Galvão estabeleceu as normas gerais da eleição de acordo com o que determina o estatuto da AMARN, prezando pela igualdade entre as chapas concorrentes, promovendo a lisura do pleito eleitoral.

Funcionarão como locais de votação o Auditório do Fórum Seabra Fagundes e no Tribunal de Justiça, em Natal. Haverá locais de votação ainda nas cidades de Mossoró e Caicó, em locais a serem divulgados por editais. A votação tem início às 8:00h e encerra às 17:00h.

Lembrando que a eleição corre por escrutínio secreto, sendo o voto exclu-

sivo para o magistrado associado da AMARN, não sendo permitido o voto feito por terceiro, sendo por procuração, por sobrecarta ou ainda pelo correio, conforme norma estabelecida no art. 1º do Regulamento Eleitoral da AMARN.

Confira abaixo a relação dos componentes de cada chapa concorrente:

CHAPA 1

Magistratura Independente e Democrática

CONSELHO EXECUTIVO:

- I - Presidente:**
Juiz Azevedo Hamilton Cartaxo
- II - Vice-Presidente Institucional:**
Juiz Mádson Ottoni de A. Rodrigues
- III - Vice-Presidente Administrativo:**
Juiz Luciano dos Santos Mendes
- IV - Vice-Presidente Financeiro:**
Juiz Marcelo Pinto Varela
- V - Vice-Presidente de Comunicação:**
Juiz Cleofas Coelho de A. Junior
- VI - Vice-Presidente Cultural:**
Juiz Odinei Wilson Draeger
- VII - Vice-Presidente Social:**
Juiz Jorge Carlos Meira Silva

VIII - Vice-Presidente dos Esportes:

- Juiz Cleanto Fortunato da Silva
- IX - Vice-Presidente dos Aposentados:**
Juiz Francisco Dantas Pinto
- X - Coordenador da Região Oeste:**
Juiz Breno Valério F. de Medeiros
- XI - Coordenador da Região Seridó:**
Juiz André Melo Gomes Pereira

CONSELHO FISCAL:

1. Juíza Denise Léa Sacramento
2. Juiz Fábio Antônio Correia Filgueira
3. Juiz Fábio Wellington Ataíde Alves
4. Juiz João Eduardo Ribeiro de Oliveira
5. Juíza Leila Nunes de Sá Pereira Nacre
6. Juiz Luiz Alberto Dantas Filho
7. Juiz Marcus Vinícius Pereira Junior
8. Juíza Rossana Alzir Diógenes Macedo
9. Juíza Sulamita Bezerra P. de Carvalho

CHAPA 2

Magistratura Integrada

CONSELHO EXECUTIVO:

- I - Presidente:**
Juiz Artur Cortez Bonifácio
- II - Vice-Presidente Institucional:**
Juiz José Dantas de Paiva
- III - Vice-Presidente Administrativo:**
Juiz Jussier Barbalho Campos
- IV - Vice-Presidente Financeiro:**
Juiz Guilherme Melo Cortez
- V - Vice-Presidente de Comunicação:**
Juiz Márcio Silva Maia
- VI - Vice-Presidente Cultural:**
Juiz André Luis de Medeiros Pereira
- VII - Vice-Presidente Social:**
Juíza Fátima Maria Costa Soares de Lima

VIII - Vice-Presidente dos Esportes:

- Juiz Klaus Cleber M. de Mendonça
- IX - Vice-Presidente dos Aposentados:**
Juíza Lindalva Medeiros
- X - Coordenador da Região Oeste:**
Juiz Edino Jales de Almeida
- XI - Coordenador da Região Seridó:**
Juíza Janaína Lobo da Silva Maia

CONSELHO FISCAL:

1. Juiz Roberto Francisco Guedes de Lima
2. Juíza Francimar Dias Araújo da Silva
3. Juiz Everton Amaral de Araújo
4. Juiz Ricardo Tinoco de Goés
5. Juíza Rossana Maria Andrade de Paiva
6. Juiz Francisco Gabriel Maia Neto
7. Juiz Ricardo Antônio Menezes C. Fagundes
8. Juíza Valentina Maria H. Lima Damasceno
9. Juiz Diego de Almeida Cabral

Entrevista

Dr. Artur Bonifácio

AMARN Informa: O que o senhor acha do atual sistema de movimentação na carreira e de critérios para promoção e acesso por merecimento?

Dr. Artur Bonifácio: A movimentação na carreira deve seguir os critérios objetivos que têm sido perseguidos pelas Resoluções do CNJ, diminuindo a discricionariedade, em favor de uma maior democratização, especialmente nas promoções e acessos por merecimento.

AI: O que o senhor acha do associativismo da magistratura?

AB: O associativismo será benéfico para a Magistratura, sempre que não excluir ninguém, não criar preconceitos. A essência é o direito à participação, a defesa do associado e a ética, não havendo lugar para o sectarismo e a discriminação. Outro pensar, se centrado na inclusão e em propostas construtivas, fará bem à classe.

AI: O que o senhor acha da atuação do CNJ? Há contribuição desta entidade para a melhoria do judiciário?

AB: O CNJ tem contribuído significativamente para a moralização do Poder Judiciário, no exercício do controle administrativo e fiscalizatório, segundo a Carta Política. Em tais matérias, é papel da Associação a ele recorrer, quando for insuperável o diálogo. Não há admitir-se, entretanto, invasão à reserva de jurisdição, sob pena de afrontar-se a independência do Magistrado, essencial ao Estado Democrático de Direito. O debate e o conhecimento das realidades locais, de Comarcas e Varas, quando da fixação de metas, são fundamentais ao êxito e à saúde dos Juizes. A AMARN não pode ser omissa nisto.

AI: O que o senhor acha das eleições diretas para os órgãos de direção do Tribunal de Justiça?

AB: A posição da MAGISTRATURA INTEGRADA e, portanto, a nossa, é manifestamente favorável, como forma de democratização do Poder Judiciário, na medida em que a primeira instância também passa a participar do processo de escolha.

AI: Qual a sua opinião sobre o quinto constitucional?

AB: O quinto constitucional teve a sua importância histórica como forma de levar o pensamento da sociedade às decisões, por meio de membros do Ministério Público e da OAB e fez parte de um momento de afirmação das instituições democráticas. A consolidação do processo democrático e a própria musculatura do Poder Judiciário permite-nos afirmar que não há mais necessidade de preenchimento de vagas nos Tribunais pelo critério do quinto constitucional.

AI: Como o senhor analisa a atual situação da magistratura no Rio Grande do Norte?

AB: A Magistratura do RN é jovem, criativa e com muita qualidade, e, no conjunto do Poder Judiciário, tem buscado alternativas administrativas, tecnológicas e judiciais para avançar e vencer os desafios. Sem embargo, o Magistrado precisa ter mais qualidade de vida, sorrir mais, ser mais feliz, ter segurança. Isto passa pela adequação do nosso trabalho, com a realização de concursos para Juiz Substituto e servidores, e deve preocupar a nossa entidade de classe, não somente em época de eleição. O interesse pela situação dos aposentados deverá ser uma constante na nossa gestão, noutro pórtico.

AI: O que levou o senhor a ser candidato a presidente da AMARN?

AB: O ideal de servir, de integrar, a responsabilidade do cargo, a determinação e a experiência, aliados ao delicado momento por que passa a Magistratura Nacional, levaram-nos ao honroso desafio. Além disso, a formação de um valoroso grupo, com os mesmos propósitos, a partir de José Dantas de Paiva, candidato a

vice-presidente. Objetivamos consolidar conquistas e avançar para uma agenda de construção, participação e defesa intransigente dos Magistrados e das suas prerrogativas. Reconhecemos, ainda, que a alternância do Poder na prática associativa é benéfica, republicana, democrática e atende ao nosso Estatuto.

AI: Quais são os desafios a serem enfrentados na nova gestão da AMARN? Como o senhor pretende encarar esses desafios?

AB: O maior desafio é integrar, abrir a associação à participação de todos, sempre que possível, com decisões colegiadas, democratizando a AMARN. A partir daí, estaremos fortes para conquistas, como a volta do ATS e, no RN, a diminuição da diferença de entrância para 5%, com a aprovação da Lei, a fixação de um calendário para pagamento do PAE e da diferença por substituição de entrância, etc... A capacidade de agregar, o conhecimento acadêmico, o trânsito nas instituições e o diálogo serão fundamentais para alcançar as nossas metas.

AI: Como o senhor vê a relação da AMARN com os associados, com outras entidades e com a sociedade civil?

AB: Os associados, em geral, se ressentem de uma maior abertura à participação. A integração com outras entidades e, principalmente, com a sociedade também é importante, desde que haja afinidade de propósitos. Realizaremos um grande Simpósio sobre Segurança Pública do RN.

AI: Quais são suas propostas e projetos para a Associação?

AB: Além das que já mencionamos, podemos pontuar: critérios objetivos para a escolha de membros das Turmas Recursais e do TRE; reposição anual dos subsídios; forma compensatória, ao Magistrado que detiver mais de uma substituição; retorno da licença-prêmio; tratamento isonômico no pagamento de verbas a magistrados da ativa e a aposentados; férias coletivas, em janeiro, com a manutenção dos 60 dias de férias para o Magistrado; participação da AMARN: a) no Conselho da Magistratura, com direito a voz; b) na elaboração da nova lei de Organização Judiciária; c) no Planejamento Estratégico e Orçamentário do PJRN; discussão, com vias de implantação, de inovações tecnológicas, como softwares produzidos por Magistrados; publicação de balancetes mensais; viabilizar o Mestrado Profissionalizante; valorização do Juiz das Comarcas de Interior, dotando-os de assistente e da necessária estrutura; o problema da segurança nos Fóruns e dos próprios Magistrados; Realização de eventos culturais e sociais diversos, valorização de categorias esportivas diversas; realização de eventos de recreação e lazer para os aposentados; participação nas olimpíadas da Magistratura; espaço de convivência para o Associado Aposentado, realizando o Encontro Anual dos Aposentados e Pensionistas; adoção de quotas de patrocínio, quando da realização de eventos sociais, culturais e esportivos pela AMARN, entre outras prioridades.

AI: Qual a mensagem final que o senhor deixa para os colegas associados?

AB: A MAGISTRATURA INTEGRADA, por nós presidida, espera contar com o decisivo apoio de todos, nas eleições do dia 15 de março. O Magistrado é agente político e ocupa o cargo mais importante na Estrutura do Estado, desde a França oitocentista. A ele cabe a função de expedir a norma de decisão resol-



“A eleição direta conduz à legitimação administrativa, à valorização do perfil administrativo e de liderança indispensáveis à Gestão Pública”

vendo sobre a vida e os bens da vida das pessoas. Assim agem Magistrados, isoladamente, ou Tribunais. As eleições para o cargo de Presidente da Associação deste seletivo grupo de órgãos devem levar-nos, necessariamente, à reflexão e à escolha daquele que, momentaneamente, está em melhores condições gerais de representá-los, utilizando a sua experiência para uma agenda positiva. Se disso resultar a escolha de nosso nome, desde já agradecemos sensibilizados, assumindo a enorme responsabilidade de não decepcioná-los, nem à minha dignidade, nem à minha história, nem ao grupo que conosco assume o honroso encargo, a partir do seu Vice-Presidente Institucional José Dantas de Paiva.

Entrevista

Dr. Azevedo Hamilton

AMARN Informa: O que o senhor acha do atual sistema de movimentação na carreira e de critérios para promoção e acesso por merecimento?

Dr. Azevedo Hamilton: Acredito que avançamos nos últimos dois anos, com o advento das remoções por antiguidade, apuração dos quintos sucessivos nas promoções por merecimento e definição de critérios objetivos para este tipo de movimentação. É claro que sistema de promoções e acesso ainda necessita de melhorias. Esse é um tema que continua a exigir atenção e uma AMARN atuante.

AI: O que o senhor acha do associativismo da magistratura?

AH: Fundamental. Estou no meu décimo ano na carreira e só vi avanços institucionais e conquistas funcionais quando tivemos uma associação forte, respeitada e proativa, como aconteceu nesta última gestão. É o que nos propomos a fazer, sempre com muito equilíbrio.

AI: que o senhor acha da atuação do CNJ? Há contribuição desta entidade para a melhoria do judiciário?

AH: De maneira geral, vejo positivamente a atuação do CNJ. Não há como negar o seu papel gerador de avanços e também de defesa institucional, como na apuração de quintos sucessivos em promoções por merecimento e também no fim do controle de expediente dos Juizes por telefone. O CNJ, além disso, tem tido outras boas ações, com ênfase na recuperação da imagem do Judiciário e na tomada de medidas de incentivo à produtividade. Por outro lado, há equívocos localizados que podem ser reparados pelo STF. Creio que o Órgão ainda é jovem e, ao longo do tempo, deverá aprimorar sua atuação.

AI: O que o senhor acha das eleições diretas para os órgãos de direção do Tribunal de Justiça?

AH: Sou favorável. O fato de termos tido boas administrações em nosso Tribunal de Justiça não impede que reconheçamos que a democratização traria melhoras. Nossos magistrados são eleitores maduros e capazes de decidir como, e por quem, deve ser administrado nosso Poder Judiciário. Também acho que a medida contribuiria para um diálogo cada vez maior entre Magistrados da 1ª e 2ª instância.

AI: Qual a sua opinião sobre o quinto constitucional?

AH: O quinto constitucional foi criado com o fim de oxigenar o Poder Judiciário com as experiências dos advogados e dos membros do M.P.. Temos recebido ótimos magistrados vindos dessas instituições, mas o atual modelo pode ser melhorado. Penso que, preservadas as situações atuais, o sistema ideal é aquele em que os ocupantes das vagas do quinto teriam um mandato fixo, a exemplo do que ocorre nos TRE's. Acredito que dessa forma atingiríamos melhor o objetivo para o qual foi criado o sistema.

AI: Como o senhor analisa a atual situação da magistratura no Rio Grande do Norte?

AH: Temos uma das melhores magistraturas do Brasil. Isso foi demonstrado pelos resultados alcançados quanto à Meta 2 do CNJ. Porém, toda esta competência tem que ser premiada por um sistema de movimentações na carreira que verdadeiramente

prestígie os mais produtivos e dedicados. É justo que quem trabalha mais ganhe os prêmios dos avanços na carreira. Penso que ainda não chegamos neste patamar ideal.

AI: O que levou o senhor a ser candidato a presidente da AMARN?

AH: Sempre desejei participar da construção de um Poder Judiciário melhor por meio da AMARN. Atuei intensamente nos últimos dois anos como um dos Vice-Presidentes da atual gestão porque essa era uma forma de contribuir. A atual eleição é uma nova oportunidade de continuar a trabalhar e servir aos meus colegas, agora como Presidente da AMARN. Além disso, saber que tenho ao meu lado os colegas da atual Diretoria me dá a certeza de que vamos ter muito sucesso.

AI: Quais são os desafios a serem enfrentados na nova gestão da AMARN? Como o senhor pretende encarar esses desafios?

AH: Precisamos continuar acompanhando as movimentações na carreira a fim de garantir objetividade e meritocracia. As recentes conquistas institucionais são frágeis e não permitem uma AMARN passiva ou desatenta. Por outro lado, também não podemos deixar de atuar na defesa dos nossos associados no que se refere a uma remuneração digna. Além disso, a AMARN também precisa estar preocupada com as dificuldades do dia-a-dia do Juiz, que em muitos casos está sofrendo com precárias condições de trabalho. Pretendemos vencer estes desafios com a mesma postura pautada na ética, diálogo e, sobretudo, incessante atuação.

AI: Como o senhor vê a relação da AMARN com os associados, com outras entidades e com a sociedade civil?

AH: A força da AMARN nasce de estarmos unidos. A AMARN só será forte se for firme na defesa de seus associados. Quero manter com eles a mesma relação próxima e de transparência, o que temos feito por meio dos nossos Boletins informativos semanais. Além disso, tenho dito aos colegas que, acima de tudo, faço questão de ouvir suas sugestões e críticas, que são decisivas para o sucesso de uma gestão. Por outro lado, no cenário externo, também é fundamental que a AMARN interaja --- em tudo que interessar ao Judiciário --- seja com a OAB, Ministério Público, demais Poderes, sociedade civil ou a imprensa.

AI: Quais são suas propostas e projetos para a Associação?

AH: Não podemos deixar de citar a manutenção da atenção às movimentações na carreira para garantir as conquistas que alcançamos com tanto sacrifício; continuar o esforço para melhorar a imagem dos Magistrados perante a sociedade; a criação da Comissão de Propostas e Acompanhamento de Direitos Financeiros; busca da redução da diferença de remuneração entre as entrâncias para 5%, dentre outras. São estas apenas algumas dentre os dez objetivos estratégicos que traçamos para esta segunda gestão.



“Nossos magistrados são eleitores maduros e capazes de decidir como, e por quem, deve ser administrado nosso Poder Judiciário”

AI: Qual a mensagem final que o senhor deixa para os colegas associados?

AH: Quero dizer que acredito muito que a AMARN precisa ser a voz dos magistrados, algo pelo que sempre lutei. Somente se tivermos uma associação atuante vamos ter quem nos defenda e traga novas conquistas. Eu e o grupo que atualmente está à frente da AMARN temos o compromisso de conduzir a associação nessa direção. Queremos continuar a trabalhar e servir, como estamos fazendo. E não posso deixar de dizer aos colegas o mais importante: podem sempre contar comigo!

ARTIGO



PEDRO RODRIGUES CALDAS NETO
Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal de Mossoró-Rn

"A reforma do processo penal e o sistema acusatório institucionalizado: cada um no seu quadrado"

Moroso, ineficaz, desequilibrado e injusto. Muitas seriam as adjectivações que poderia receber nosso Processo Penal. Um ordenamento marcadamente policialesco, influenciado pelo viés ditatorial da Carta de 1937, corporificou um instrumental jurídico complexo, donde a permissibilidade de processos sem denúncia, *mutatio libelli* sem participação da acusação e mecanismos presidenciais de colheita de prova foram gerando um modelo de processo penal hiperjurisdicional.

A defasagem legislativa, assim, não se sustentou, não tardando os reclames por uma reforma global, devida, inclusive, no plano principiológico, o que restou finalmente alavancado com a Carta de 1988 e a consagração do modelo de processo penal acusatório, pautado no equilíbrio entre a eficácia do processo e o respeito aos direitos e garantias fundamentais.

A Reforma ansiada, assim, finalmente iniciou-se num conjunto de projetos de lei, a saber: o PL 4.203/01, transformado na Lei 11.689/08, que regulamentou ao júri; o PL 4.204/01, que virou a Lei 10.792/03, que tratou do interrogatório e defesa efetiva; o PL 4.205/01, transformado na Lei 11.690/08, que regulamentou as provas; o PL 4.206/01, que trata dos recursos

e ações de impugnação; o PL 4.207/01, transformado na Lei 11.719/08, que regulamentou a suspensão do processo, a *emendatio* e a *mutatio libelli*, bem assim os procedimentos; o PL 4.208/01, que cuida da prisão, medidas cautelares e institutos restabelecidos do *status libertatis*; e, por fim, o PL 4.209/01 que regulamenta aos sistemas de investigação criminal.

Debalde a aprovação gradual e parcial destes projetos, o que gerou inegável prejuízo a sistematização pretendida, interessa-nos, agora, o de n. 4.207, hoje a Lei n. 11.719/08, com os seus arts. 257, I e 384, que, respectivamente, consagrou no plano infra-constitucional a titularidade da ação penal no órgão ministerial e modificou o tratamento da *mutatio libelli*; bem assim, o de n. 4.205, convertido na Lei 11.690/08, com os arts. 156, *caput*, primeira parte, reafirmando o ônus da prova a quem alega e 212, alterando o modelo presidencial de colheita da prova testemunhal, com a opção pelo sistema da examinação direta.

O especial interesse deve-se a que a nova sistemática positivada, finalmente incorpora um modelo de justiça penal verdadeiramente acusatória, tomada a locução a partir da sua mais singela significação semântica, isto é, como modelo de processo onde cada ator, seja órgão judicante, acusador ou defensor, tem seu papel bem demarcado, ou seja, cada um tem seu quadrado, num tributo ao ga-

rantismo e repúdio ao sistema policialesco em que gestado o Código de 1941.

Não é preciso esforço para compreender a importância desta mudança de paradigma, e isto porque o sistema misturado? não se entenda misto -, resultante do modelo inquisitivo de 1937, com as alterações pontuais que se seguiram, transformou o processo penal pátrio num sistema

hiperjurisdicional, especialmente no que concerne a colheita da prova e impulso oficial da pretensão punitiva.

O Judiciário agigantado - não gigante -, logicamente, não foi capaz de fazer frente às necessidades, e isto por dois motivos: primeiro, porque passou a fazer o trabalho das outras partes processuais; e segundo, porque assim agindo, deixou de fazer bem sua parte, isto é, julgar. A resultante trágica foi o apequenamento das partes acusadora e defensora nos seus precípuos papéis procedimentais e a ineficácia do aparato judicial para cumprir com o seu efetivo mister.

A mudança normativa informada pelo novo sistema, assim, tem na mudança de postura dos operadores do direito seu elemento motriz, verdadeira *conditio sine qua* do êxito da reforma. É que ou juízes, promotores e defensores, estes últimos públicos ou privados, assumem sua condição de parte atuante no processo penal, ou a reforma de nada valerá.

Ou os juízes vão para as audiências conhecendo o processo e preparados para julgá-los, ou de nada valerá o esforço do legislador. Ou Ministério Público e Defesa assumem seu mister funcional e passam a produzir, de fato, a prova necessária a demonstração das suas teses, o que implica, inclusive, no caso do ministério público, em providenciar *sponte sua* a requisição de provas destinadas a formação de sua *opinio delicti*? basta de atuação jurisdicional investigatória -, bem assim em assumir, quando da fase judicial da persecução penal, o relevo da atuação procedimental de parte ativa na produção da prova que alegou, ou não haverão mudanças e teremos perdido toda uma chance de melhorar a prestação jurisdicional penal.

Foi justamente pelo judiciário não fazer apenas a sua parte, que o moroso se fez regra, devendo, portanto, o avanço legislativo ser seguido do esforço conjunto dos protagonistas do processo, cada qual assumindo suas responsabilidades funcionais, sem o que, a reforma se fará de efeito pífilo ou nenhum, e a mistura dos quadros, então, continuará sendo o construto de um modelo de processo criminal não democrático, inquisitivo e de resultados pouco alentadores."

Já está no ar o novo site da AMARN

Com conteúdo atualizado o site pretende manter o associado internauta bem informado

O novo site da AMARN, elaborado pela Rits Comunicação, está no ar desde o último mês de outubro. Com conteúdo diversificado, o site pretende ser mais um veículo de comunicação da associação com seus membros, bem como um canal de comunicação entre os associados, promovendo enquetes e debates através do fórum de discussão.

O site traz ainda uma sessão de notícias, que são atualizadas diariamente, com assuntos ligados ao mundo jurídico que tenham repercussão local e nacional, além de notícias ligadas a AMARN que sejam de interesse dos associados. Em outra sessão, o site informa a agenda de eventos, buscando informar o internauta sobre cursos, palestras e congressos da área jurídica.

Com uma formatação de fácil leitura e acesso, o site foi desenvolvido para que democraticamente todos possam usufruir do seu conteúdo sem necessidade de maiores conhecimentos de informática. Ao acessar o site no endereço eletrônico www.amarn.com.br, o internauta tem todas as informações sobre o conteúdo do site na página principal, podendo na-



vegar com facilidade.

No menu, a esquerda da tela, o usuário encontra a lista das sessões disponíveis, onde ao simples clique será direcionado para a página de interesse. Na parte central aparecem os

destaques indicando as matérias com assuntos mais relevantes levando o internauta diretamente para o assunto indicado. Um pouco mais a baixo, encontra-se o blog com as notícias atualizadas permitindo ao usuário infor-

mações de âmbito local e nacional, além de notícias referentes à associação, mantendo o associado integrado com as ações desenvolvidas pela entidade.

Uma das sessões de maior interatividade com o usuário é a “Enquete” onde constantemente é lançada uma pesquisa de opinião pública sobre um relevante tema em discussão, permitindo que a associação conheça a opinião do usuário e assim possa utilizar o resultado como subsidio para o direcionamento de suas ações sobre o tema analisado. Já a sessão “Fórum de discussão” requer uma participação efetiva do internauta comentando sobre o tema em discussão, além de poder lançar sua sugestão ou opinião sobre os mais diversos temas, com a opção de restringir os comentários apenas aos membros associados da AMARN. Acesse nosso site e fique bem informado sobre os pertinentes assuntos atuais, participe da nossa enquete e do fórum de discussão, para que possamos conhecer sua opinião e buscar sempre a melhoria da nossa associação.

Neurocirurgia: como nos grandes centros

O usuário da Unimed Natal pode se sentir seguro quando precisar de atendimento neurocirúrgico; o Hospital Unimed é o único do estado que dispõe de uma equipe de neurocirurgiões 24 horas por dia, sete dias por semana, prestando serviço de qualidade idêntica à oferecida nos grandes centros. É o que garantem a entidade e os médicos Allexsandro Luna, Flávio Mazzucatto, Mário Moraes e Salassiê Mansur. Profissionais atuantes na capital paulista, há um ano eles aceitaram o convite da cooperativa para prestar aqui o mesmo serviço que ofereciam em São Paulo. Além deles, integra ainda o grupo o Dr. Heider Lopes de Souza, potiguar com mais de duas décadas de experiência.

O convite para que eles integrassem o quadro da Unimed Natal aconteceu após a abertura de vagas com a saída dos antigos profissionais, no fim de 2008. “Não podíamos deixar nenhuma especialidade descoberta”, defende o Presidente da entidade, Antônio Araújo. “A contratação da equipe beneficiou os usuários da Unimed e também está contribuindo para a ampliação do mercado da neurocirurgia no RN”, diz. Sua afirmação é embasada na experiência de cada um dos médicos, todos eles

habitados a um volume intenso de atendimentos diários, típico das metrópoles, em hospitais de renome nacional como Albert Einstein, Sírio Libanês e Hospital das Clínicas.

A principal solicitação feita pelos especialistas para que eles viessem atuar no mercado natalense foi dispor das mesmas condições de trabalho de que dispunham nos hospitais onde trabalhavam. Para isso, a estrutura física do Hospital Unimed passou por uma ampliação – possui agora 80 leitos, sendo 10 deles, de UTI. A reforma também serviu para abrigar os novos equipamentos comprados, como o microscópio cirúrgico Opmi Vario, da marca alemã Carl Zeiss. “Suas lentes permitem a visualização exata da área a ser operada, diminuindo o risco de lesões”, explica Dr. Mário Moraes. Formado pela Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, ele terminava uma especialização em tumores da base do crânio na cidade de Tübingen, na Alemanha, quando aceitou vir trabalhar na Unimed Natal. A próxima aquisição da cooperativa será um neuronavegador, equipamento que facilita a localização de tumores e que ainda não existe nos centros de saúde da ci-

dade. “Geralmente os hospitais alugam um para atender as suas necessidades”, conta o Dr. Allexsandro Luna, especialista em cirurgia da coluna pela Faculdade Santa Marcelina, de São Paulo.

Já o Dr. Salassiê Mansur, especialista em neuroradiologia intervencionista pela Universidade de São Paulo, com estágios na França, destaca a atuação da Unidade de Stroke (ataque, em inglês) existente no Hospital Unimed; é a única na cidade voltada para o atendimento de

derrames em sua fase aguda, quando o paciente já apresenta parali-

sia de membros, mas na qual as seqüelas ainda podem ser evitadas.

Para Dr. Flávio Mazzucatto, formado pela PUC-Campinas, ter as condições necessárias para expandir o serviço da neurocirurgia fora do eixo Rio-São Paulo, utilizando tecnologias de ponta, é a maior satisfação do seu trabalho na Unimed Natal. “Não é preciso sair da rede cooperada para buscar atendimento. O próprio Hospital Unimed está capacitado para atender os diversos casos neurológicos como tumores cerebrais, aneurismas, doenças da coluna, hérnias de disco e tratamento da dor”, finaliza.



Natal da AMARN

Registro fotográfico das comemorações natalina no Olimpo Recepções

18 de dezembro de 2009



Gustavo Marinho, Fábio Ataíde, Patrício Lobo e Heriberto Bezerra



Sorteio de uma Viagem a Salvador



João Afonso e Vanda



Lourival Santos e família



Roberto Medeiros e esposa



Eduardo Pinheiro e esposa



Décio Terceira e Sônia



Seráfico e Luciana



Desembargador Expedito e Jeane



Rômulo, Marta Susi, Nadiédja, Luiza Passos e Orlando



Henrique Baltazar e Telma



Banda Patusco (Olinda/PE)